



Em *Cultura e Imperialismo*, Edward Said considera a importância do passado nas interpretações do presente. Segundo o crítico, o que inspira tal apelo não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido tal passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, “morto e enterrado” (Said, 2011, p. 43), ou se ainda persiste, mesmo que de outras formas. Descrito como um escritor “canônico” tanto no campo da literatura portuguesa contemporânea quanto no campo da literatura internacional, a ficção de António Lobo Antunes<sup>1</sup>, está essencialmente sustentada numa reflexão acerca do passado, revelando “um tempo europeu fragmentário, de insegurança e medo, sem unidade mental consciente, desprovida de sonho e futuro, atravessado por mil e uma visões sociais” (Real, 2012, p. 146). Suas narrativas erigem um alto nível de sofisticação estética, acompanhadas por articulações temáticas igualmente complexas. Estas características fazem de Lobo Antunes um escritor de tom realista, irônico e direto, “um caso singularíssimo da literatura portuguesa (e mundial)” (Real, 2012, p. 145). Suas obras ecoam diretamente registros específicos do passado

de um tempo histórico ainda recente e contribuem também para a formação da memória coletiva do passado colonial de Portugal por construir as suas próprias imagens sobre as sociedades coloniais recordadas ou questionar conceitos ainda hoje em vigor quando se recorda uma época considerada de esplendor (Azevedo, 2013, p. 2).

Em virtude de os seus romances apresentarem “de forma cada vez mais trabalhada e complexa – uma enorme preocupação com a categoria

---

<sup>1</sup> António Lobo Antunes nasceu em 1942, em Lisboa, Portugal. Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, entre os anos de 1970 e 1973, serviu como médico militar no Exército português durante a Guerra Colonial em Angola (1961-1974), experiência que lhe marcaria intensamente como escritor. Após o cumprimento do dever militar, António Lobo Antunes se especializou em psiquiatria e clinicou por alguns anos no Hospital Psiquiátrico Miguel Bombarda, na cidade de Porto, até abandonar a profissão para dedicar-se exclusivamente à literatura. Lobo Antunes publica seus primeiros trabalhos no ano de 1979: *Memória de Elefante* e *Os Cus de Judas*, são romances, que, não à toa, estão permeados por tendências autobiográficas que se refletem tanto nos temas abordadas nessas obras quanto na composição das personagens, respectivamente, um psiquiatra e um ex-combatente (também médico). Desde então seus escritos se aprofundam cada vez mais em temas intimistas que conjugam memórias, recortes e traumas referentes ao contexto da Descolonização, “processo pelo qual as colônias portuguesas (colônias ultramarinas) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor – recuperam a sua independência após a Revolução de 25 de Abril de 1974” (Arnaut, 2009, p. 220).



um modo específico de subjetividade” (Woodward, 2015, p. 19). O que faz António Lobo Antunes é jogar com a “ideia forçada” (Gobbi, 2011) de uma identidade portuguesa fabricada e estabelecida no imaginário popular ao longo dos séculos de história e cultura. Desse modo, porque o Império Colonial Português havia sido uma ficção disposta a “recriar a realidade a semelhança da ideia” (Gobbi, 2011, p. 242), uma nação feita de esplendor, ao sobrepor um desfecho assombroso e nada digno do brilho anunciado no título do romance, o escritor nos dá uma nova perspectiva do passado colonial português e de uma parte das identidades que o compõem.

Em *O Esplendor de Portugal*, encontramos a articulação de fragmentos memorialísticos ficcionais que permeiam o pensamento das principais personagens: Isilda, Carlos, Rui e Clarisse. Essas memórias são o elemento que guarda uma “experiência fundamental do lugar” (Seixo, 2002, p. 326), pois, ao explorarem a mundividência traumática das personagens (pautando-se sempre sobre o eixo das memórias familiares) o romance sintetiza os signos da angústia, do pesar e do remorso como elementos de destaque do fim do colonialismo português em Angola, representando, portanto, a condição dos “sujeitos sociais portugueses, projetado no trânsito entre dois tempos e dois espaços contraditórios da colonialidade” (Borges, 2019, p. 34).

Em termos narrativos, encontramos nesse romance linhas temporais que se ramificam e se entrecruzam em capítulos intitulados por meio de datas variadas, que, intencionalmente, simulam a datação de uma espécie de diário coletivo, no qual os registros se alternam entre o presente da narrativa – o dia 24 de dezembro de 1995, véspera natalina, em Portugal – e lapsos temporais que cobrem as décadas finais do século XX; como os anos de 1978 e ainda décadas posteriores, em Angola, na Baixa do Cassanje, região caracterizada pelo plantio de sementes oleaginosas e algodão<sup>2</sup>. Esses entrecruzamentos histórico-temporais contribuem para uma certa “indefinição identitária” (Gaspar & González, 2021) entre a voz que narra e as demais personagens, pois, ao misturar diálogos e memórias

---

<sup>2</sup> É interessante notar que na Baixa de Cassanje, durante as décadas de 1950 e 60 (e adiante) “a cultura forçada do algodão arrebatava os camponeses das suas lavras e aldeias, sujeitando-os a um trabalho intensivo nos campos da Cotonang” (Freudenthal, 1998, p. 245). Não tardou muito, A Revolta do Algodão eclodiu em 1961, antecedendo “os levantamentos nacionalistas angolanos e que pela contiguidade geográfica e temporal reforçou de algum modo o ímpeto revolucionário que se propagava na colônia” (Freudenthal, 1998, p. 245), dando início as Guerras Coloniais que se estenderiam por anos, contexto pelo qual o texto de António Lobo Antunes se desenvolverá.

de tempos, espaços e personagens distintos, o narrador antuniano tece intensos monólogos nos quais a pluralidade de vozes, grafada pelo uso de itálicos e quebras do fluxo de pensamento, cunhada mesmo pela fragmentação do texto, confundem-se num caos intencionalmente polifônico em que o discurso segue a lógica/ilógica da fragmentação e da pluralidade.

Segundo Charles Borges Casemiro (2019, p. 32),

a partir de um discurso bastante fragmentário e plural, no sentido de construir um diálogo tenso e conflituoso entre os discursos históricos e geográficos oficiais sobre a portugalidade desfeita, sobre a guerra civil angolana e discursos subjetivos sobre a história da desagregação de uma família de colonizadores portugueses – apresentada em trânsito identitário e de pertencimento, entre Portugal e Angola.

Numa perspectiva interdisciplinar desse romance – para efeitos de análise – António Lobo Antunes parece compor sua narrativa como se fosse um quadro cubista, haja vista a profusão de fragmentos memorialísticos meticulosamente dispostos a fim de proporcionar vislumbres de presente obscuro e um passado traumático, que, todavia, não parece estar “morto e enterrado”.

As múltiplas perspectivas exploradas pelo narrador fomentam o desenvolvimento de uma trama em que os desafetos familiares e a desagregação territorial funcionam como metáfora do fim da era colonial portuguesa, ironicamente marcada pela tradição e “alargada à esfera política da vida nacional, constituindo-se como o denodo de uma máquina propagandista bem oleada” (Lisboa, 2003, p. 94). Entretanto, para além da figuração metafórica da família, o romance trabalha a “consciência do papel da memória na interpretação de tempos presentes, quando reproduzem a interferência constante do passado no presente individual das personagens retratadas” (Azevedo, 2013, p. 363), revelando a necessidade de desconstruir narrativas de um imaginário “doentio do português, movidos pelos mitos originários do messianismo e do sebastianismo, [...] instrumentalizados pelo salazarismo, na construção de uma imagem de grandiosidade identitária portuguesa” (Borges, 2019, p. 58). Vejamos como essas questões ecoam na narrativa.

Enquanto Carlos, Rui e Clarisse vivem há anos radicados na Ajuda, em Portugal, noutra extremo espiamos os últimos dias de Isilda na fazenda da família, na Baixa do Cassanje. Sucedeu que em determinado momento





E, portanto, como preceito sagrado a sua existência Isilda recorda:

Os que não engordarem o caju esquadrejados nos trilhos e nos degraus das casas tornarão a Portugal expulsos através dos angolanos [...] para chegarmos a Lisboa onde nos não aceitam também [...] despachando-nos como fardos de quarto de aluguer em quarto de aluguer nos subúrbios da cidade [...] e portanto não consintas em partir, não saias de Angola, faz sair os seus filhos, mas não saias de Angola, sê bailunda dos americanos e dos russos, bailunda dos bailundos mas não saias de Angola (Antunes, 1997, p. 256-257).

A propósito da análise d’*O Esplendor de Portugal*, uma das hipóteses que mais contribui para as questões postuladas até aqui é formulada pelo sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos. Nas palavras do estudioso, “o colonialismo português, sendo conduzido por um país semiperiférico, foi ele próprio semiperiférico, ou subalterno” (Sousa, 2003, p. 24), pois, em detrimento de suas características, assim como da duração histórica: “a relação colonial protagonizada por Portugal impregnou de modo muito particular e intenso as configurações de poder social, político e cultural não só nas colônias como no seio da própria sociedade portuguesa” (Sousa, 2003, p. 24).

Nesse sentido, um país de proporções semiperiféricas e posição subalterna reproduziu uma conduta não ideal. Isso significa que, ao contrário do que se praticava no modelo colonial britânico – uma conduta prescrita por um *ethos* hegemônico em relação aos nativos –, o colonialismo português não pôde estabelecer uma relação de hegemonia em África (Sousa, 2003, p. 48), complexificando, portanto, as imagens identitárias em uma dupla acepção do problema da autorrepresentação ao empregar a miscigenação dos povos, não como consequência da ausência de racismo, importante ressaltar, como “pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente [como] causa de um racismo de tipo diferente” (Sousa, 2003, p. 27). A conduta portuguesa pretendeu proclamar a miscigenação dos povos como um triunfo humanista, uma espécie de engenhoso expediente colonialista, entretanto, “a mesma miscigenação lhes era inscrita na pele como um ônus pelo olhar do Próspero europeu” (Sousa, 2003, p. 30). Um país periférico dentre as potências europeias ecoou, “a história de sua sujeição colonial” (Sousa, 2003, p. 25). Durante os anos do breve Império Português, o colonialismo, criou, segundo afirma o sociólogo,

um problema de auto-representação algo semelhante ao do colonizado pelo colonialismo britânico. A necessidade de definir o colonialismo português em sua especificidade quanto ao colonialismo hegemônico significa a impossibilidade ou dificuldade de defini-lo em termos que não reflitam essa subalternidade. Por um lado, o colonizado português tem um duplo problema de auto-representação: em relação ao colonizador que o colonizou e em relação ao colonizador que, não o tendo colonizado, escreveu no entanto a história de sua sujeição colonial (Sousa, 2003, p. 25).

Metonimicamente, o microcosmo familiar, ao sobrepor uma atmosfera decadente, composta de mágoas e ressentimento, frente à ideia de um *Esplendor de Portugal*, podemos nos perguntar: a quais elementos António Lobo Antunes atribui a formação identitária dessas personagens? Seriam os laços consanguíneos, familiares, e, conseqüentemente, a sua ancestralidade? Essas são questões que atravessam gerações de retornados e emigrados (no caso daqueles que nasceram nas colônias) – e dizem respeito à formação identitária de outros países colonizados. Por esse eixo, se as hipóteses de Boaventura de Sousa Santos se confirmam, e os portugueses jamais se instalaram “comodamente no espaço-tempo originário do colonizador”, restou-lhes apenas “a liminaridade e a fronteira, a interidentidade como identidade originária (Santos, 2003, p. 35).

As questões identitárias adjacentes aos colonatos não se limitam apenas ao binómio colonizadores *versus* colonizados. A produção de alteridades durante o colonialismo português criou uma infinidade de grupos sociais que se sobrepõem e se ocultam em meios as relações de poder. Conforme aponta Cláudia Castelo, essas duas categorias não são imanentes, tão pouco são estáticas, tendo em vista que,

Não só não dão conta da variedade étnica, cultural e social existente em contexto colonial, como ilidem a permeabilidade entre grupos e a sua heterogeneidade interna. Os “outros” vários que aquele binómio esconde ou exclui eram presença comum em situação colonial, estavam de alguma forma em contacto, interagem, pese embora dentro das relações de poder de geometria variável (Castelo, 2012, p. 19).

A passagem em que se diz, “éramos os pretos dos outros pretos” (Antunes, 1997, p. 255), expressa claramente uma constituição de um





Clarisse, por sua vez, posiciona-se com certo afastamento afetivo em relação à família desde a juventude. Seu conflito identitário está relacionado aos questionamentos que faz acerca dos (des)afetos que nutre pelos seus familiares: “Não sei se gosto minha família. Não sei se gosto de quem quer que seja. Não sei se gosto de mim” (Antunes, 1999, p. 341).

De todo modo, Carlos, Rui e Clarisse simbolizam, não exatamente a perda de identidade como consequência direta da desagregação territorial, mas a relação ambígua dada pela existência dentro de uma *interidentidade* pautada pela brusquidão com que suas vidas foram transformadas. Nesse sentido, o discurso memorialista que dos tempos vividos em África emerge nos pensamentos e falas das personagens como uma expressão da necessidade de evasão “decorrente da falta de integração social sentida na antiga metrópole” (Azevedo, 2013, p. 328), sendo “as lembranças do passado uma espécie de refúgio interior encontrado para esquecer a frustração de uma vivência diária sem sentido” (Azevedo, 2013, p. 328).

Como afirma Azevedo, as personagens estão ensimesmadas, isoladas e alheadas do que os rodeia,

As ligações valorizadas por estas personagens são as estabelecidas com os que eles conviviam em África, não encontrando pontos de referência dignos de nota nas poucas relações que mantêm em Portugal [...] Por pouco esplendor que realmente tenha tido, a época da colonização portuguesa é vista por estes antigos colonos como a única das suas vidas em que se sentem compelidos a permanentemente voltar, nem que seja só através da memória (Azevedo, 2013, p. 328).

De um ponto de vista periodológico, a ficção portuguesa dos últimos anos do século XX, é caracterizada “pela [...] abertura a temas, a valores e a estratégias discursivas post-modernistas” (Reis, 2006, p. 287). Por outro lado,

a abertura política trouxe consigo consequências diversas [...] a liberdade de expressão e a descolonização permitiram rever ficcionalmente os dramas individuais e coletivos da guerra colonial; paralelamente foi tomando corpo uma cada vez mais evidente consciência pós-colonial; do mesmo modo, o redesenho das fronteiras nacionais estimulou uma reflexão identitária (incluindo-se nela a velha questão da relação com a Europa) a que a literatura naturalmente não ficou alheia (Reis, 2006, p. 287).

A exemplo do que afirma Carlos Reis, a complexidade da narrativa antuniana assume um tom post-modernista “celebratório” (Arnaut, 2009, p. 25) que ultrapassa as barreiras discursivas formais a partir da colagem de vozes diversas, do embaralhamento do espaço e do tempo, assim como do próprio discurso, da voz modulada que não se exime da autorreflexão identitária e crítica. Assim, podem ser identificadas três grandes tendências para a escrita deste *Esplendor às avessas*,

primeiro: o culto de uma ficção em que se problematizam e desmistificam figuras e eventos históricos, mesmo que, como é o caso da guerra colonial e dos seus anti-heróis, se encontrem muito próximos do nosso presente; segundo: o tratamento parodístico, em jeito de desconstrução axiológica, daquelas figuras e eventos, tocados por um sopro de irrisão que é correlata do cepticismo e do sarcasmo com que o escritor olha Portugal do fim do século XX e suas fragilidades pós-coloniais; terceiro: a tendência para refletir sobre a escrita, sobre a instituição literária e sobre os seus mecanismos de legitimação, processando-se essa reflexão em boa parte aquém da ficção, ou seja, em texto de crônicas e em entrevistas (Reis, 2006, p. 305).

Nesse sentido, sob um olhar extremamente corrosivo, o romance dedica-se a expressar as conturbadas relações familiares e identitárias daqueles indivíduos submersos numa atmosfera atravessada pela sombra do tardo-colonialismo português, mas sobretudo lança questões para que retornam a sua própria condição, ou seja: de retornados, emigrados, órfãos em sentido estrito e metafórico, e tantas outras facetas que o colonialismo provocou. Conforme argumenta Maria Alzira Seixo (2002, p. 325, grifo no original),

*O Esplendor de Portugal* apresenta-se [...] como o treno da experiência do colonizador (acentuando mais uma vez a viagem de retorno), como a deploração e plangência da sua atuação ideologicamente incerta e afetivamente ambígua, tantas vezes desconcertante, que António Lobo Antunes trata em cambiantes diferenciados de ternura, incultura, apego à terra, exploração consciente, cobiça, ganância, reacionarismo, ou simplesmente continuidade de uma existência que alguém começou ali e que os descendentes se habituaram a considerar legítima e adequada.

Por fim, como uma narrativa “agudamente sensível às diversas formas de sofrimento que o colonialismo, a luta pela libertação e ao acesso à independência ocasionaram” (Seixo, 2002, p. 319-320), o romance ocupa-

se da dissolução do espaço familiar ao mesmo tempo que, metonimicamente, aposta numa visão em que Portugal corresponde, segundo Maria Alzira Seixo “à negrura e anulação da terra africana, que avulta na grandeza aniquilada pelo militarismo heroico que o salazarismo implantou” (Seixo, 2002, p. 320), assinalando a família como o mártir irônico do pensamento de uma época e seus desdobramentos que continuam a nos alcançar.

O que o romance pontua são questões que concernem à leitura pós-colonial do catastrófico Império Português em África e que, todavia, demonstram a necessidade de se pensar os efeitos nocivos dignos apenas de um esplendor imaginado que a ninguém inspira orgulho ou pelo menos não deveria inspirar. Portanto, *O Esplendor de Portugal* desvela um importante papel da memória na interpretação do presente, pois “reproduz a interferência constante do passado no presente individual das personagens retratadas” (Azevedo, 2013, p. 363), mas também diz respeito ao presente dos portugueses na medida em que estão diretamente ligadas noção de *interidentidades*. O passado, para esses indivíduos, jamais estará morto e enterrado.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, António Lobo. *As Naus*. Lisboa: Publicação Dom Quixote / Círculo de Leitores, 1988.
- ANTUNES, António Lobo. *Manual dos Inquisidores*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- ANTUNES, António Lobo. *O Esplendor de Portugal*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- ANTUNES, António Lobo. *Exortação aos Crocodilos*. Lisboa: Dom Quixote, 1999.
- ANTUNES, António Lobo. *Os Cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- ANTUNES, António Lobo. *Memória de elefante*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- ANTUNES, António Lobo. “A confissão do trapeiro”. In: *Terceiro Livro de Crônicas*. Lisboa: Dom quixote, 2005, p. 133-135.
- ANTUNES, António Lobo. Nunca li um livro meu. *Ler, livros & leitores*, Portugal, Lisboa, n. 37, p. 30-43, 1997.
- ARNAUT, Ana Paula. *António Lobo Antunes*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

AZEVEDO, Viviana C. C. *Literatura Pós-colonial Portuguesa como Lugar de Memória da Colonização Portuguesa em África*. 2013. Tese (Doutorado em Literaturas e Culturas Românicas Ramo Literatura Portuguesa) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, dezembro de 2013. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/73140>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. *Obras escolhidas*. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Organização, apresentação e notas de Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2015.

CASEMIRO, Charles Borges. *Portugal de Lobo Antunes: uma terra em trânsito*. 2019. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-27082019-092354/pt-br.php>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FRANCO, Roberta Guimarães. O Esplendor de Portugal: fragmentos entre Portugal e Angola. *Darandina*, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/Roberta-Guimaraes-Franco.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. *A ficcionalização da História: mito e paródia na narrativa portuguesa contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e Política da Ironia*. Tradução de Júlio Jeha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais - Desconstruindo genealogias eurocêntricas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan.-abr. 2014. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16185>. Acesso em: 17 jun. 2024.

NAVAS, Diana. *Figurações da escrita: as estratégias metaficcionalis na produção romanesca de António Lobo Antunes*. 2012. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-05112012-125233/pt-br.php>. Acesso em: 17 jun. 2024.

REIS, Carlos. *História crítica da literatura portuguesa: do Neo-Realismo ao Post-Modernismo*. vol. IX. Lisboa: Verbo, 2010.

REAL, Miguel. *O romance português contemporâneo: 1950-2010*. Lisboa: Caminho, AS, 2012.

RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (org.). “Em tempo de guerra não se limpam armas: o instinto de nacionalidade em Paula Rego”. In: *Fantasmata e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 91-107.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *Novos Estudos*, n. 66, 2003, p. 23-52.

SEIXO, Maria Alzira. *Os romances de António Lobo Antunes: análise, interpretação, resumos e guiões de leitura*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Traduções de Tomaz. Tadeu da Silva. 15ª ED – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Dicionário da obra de António Lobo Antunes*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.

Recebido em 27 de fevereiro de 2023

Aprovado em 28 de junho de 2023

Licença: 

Kairo Lazarini da Cruz

Mestrando em Estudos de Literatura na Universidade Federal de São Carlos, com bolsa CAPES.

Licenciado em Letras-Espanhol pela Universidade Federal de São Carlos.

Contato: [kairo.cruz@estudante.ufscar.br](mailto:kairo.cruz@estudante.ufscar.br)